

**DOMINGUES DE AZEVEDO**Bastonário da Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

O modelo social europeu

O Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado pelo Governo, tendo em vista reequilibrar as contas públicas, tem sido o mote, nestes últimos dias, para as mais diversas conversas, debates e confabulações.

É precisamente no momento de maior fragilidade do Executivo que se instalou na sociedade portuguesa uma lógica do “diz que diz-se” do “parece que é”, mais própria das revistas “cor-de-rosa”, do que de um povo protagonista de momentos memoráveis da História.

Esta forma de fazer política não nos conduz a bom porto. Fomenta, sim, a dúvida e a incerteza, retirando-nos as sinergias necessárias para encontrarmos soluções positivas para a condução do povo português.

O que está a acontecer actualmente em Portugal poderá muito bem ser o que se vai viver, a curto prazo, noutros estados europeus, caso não se encontrem as necessárias medidas para dotar os países das condições para poderem manter o estado-providência, hoje existente na maior parte do «velho continente».

Portugal e a Grécia, países tradicionalmente com economias mais debilitadas e, por isso, mais expostas, sentiram rapidamente os efeitos da crise, mas, penso começar a ser sentimento comum, que a manter-se as actuais dificuldades, a Europa não terá

Não sou contra estas prestações sociais, mas quando os seus beneficiários abusam da protecção que têm, naturalmente que tenho o direito de questionar o motivo porque hão-de uns de trabalhar para os outros.

condições de preservar o modelo social vigente.

Daí ser necessário entendermos que Portugal é apenas a manifestação de um sintoma que, a breve trecho, poderá afectar toda a Europa, caso não tenhamos a coragem de encontrar o rumo certo.

Temos que ter a audácia de modificar o nosso pensamento em certos domínios, por exemplo na necessidade de obter algum retorno por parte dos muitos milhões que o País gasta com os desempregados e com o subsídio de inserção. Não sou contra estas prestações sociais, mas quando os seus beneficiários abusam da protecção que têm, naturalmente que tenho o direito de questionar o motivo porque hão-de uns de trabalhar para os outros.

Deveria encontrar-se mecanismos que possibilitassem que, na ausência de trabalho, os beneficiários do fundo de desemprego pudessem ser úteis à sociedade. As alternativas são várias. Porque não prestarem actividade nas juntas de freguesia, câmaras municipais ou integrarem-se em projectos de utilidade pública?

O PEC apresentado pelo Executivo tem uma aplicação transversal à sociedade, solicitando o esforço dos portugueses nas mais diversas áreas, prometendo até equacionar algumas das questões aqui abordadas. A entrega que hoje é pedida a todos nós, não é nada que já não nos seja familiar e estou plenamente convencido que, uma vez mais, vamos ser capazes de vencer e seguir em frente com esta grande alma lusitana.

Na nossa democracia seria muito mais salutar se as oposições não se limitassem a dizer mal, mas que antes apresentassem soluções construtivas. Infelizmente não é isso que se passa. Na cabeça de alguns, não de certeza na maioria dos portugueses, ainda continua a ter mais valor a insinuação e a maledicência, em contraponto a uma crítica criativa e sólida. O que continua a saltar à vista, com grande aparato, é a multiplicação de notícias nos jornais sobre processos judiciais em segredo de justiça ou comissões de inquérito que ninguém sabe para que servem e que no fim gastam o nosso dinheiro, para nada concluir. ■